

**NOTA TÉCNICA 04/2013**

**DATA: 05/03/2013**

**ASSUNTO: Gestão Fiscal do Estado do Rio de Janeiro – Orçamento 2013**

**Reestimativa das Receitas Ordinárias do Tesouro e Receitas das Participações Especiais do Petróleo**

### **I – Cenário Econômico**

De acordo com os dados divulgados pelo IBGE, o PIB registrou crescimento de 0,9% para o ano de 2012 na série livre de influências sazonais. Desempenho bem abaixo daquele obtido em 2011 quando o PIB avançou 2,7%.

Segundo análise do PIB realizada pelo IPEA em sua carta de conjuntura, pela ótica da oferta, o setor de serviços manteve o ritmo de crescimento dessazonalizado acumulado no ano (1,5%), já a indústria desacelerou 2,7% em 2012. É o primeiro resultado negativo desde 2009 quando a indústria ainda experimentava as sequelas da crise mundial e teve um declínio de 7,4%.

A maior contração foi observada nos bens de capital (máquinas e equipamentos) com uma queda de 11,8%. Os bens de consumo duráveis reduziram 3,4% e os não duráveis 0,3%. Os bens intermediários, por sua vez, caíram 1,7%. Pelo lado da demanda, enquanto o consumo continua crescendo (variação de 2,9% no ano), a formação bruta de capital fixo (FBCF) acumula queda de 3,9% e as exportações líquidas seguem baixas.

Segundo a pesquisa Produção Industrial da FIRJAN, a indústria fluminense fechou 2012 com 7,2% de retração, refletindo não só os efeitos de um câmbio apreciado como também o acúmulo indesejado do nível de estoques.

Os setores que mais influenciaram o desempenho anual foram: Outros equipamentos de transporte (-26,44%) que se refere a produtos para embarcações; Material eletrônico e comunicação (-19,97%) que sofrem diretamente com o câmbio apreciado; Alimentos e bebidas (-18,34%) que padeceram de uma demanda reduzida; Papel e celulose (-16,47%) devido a alterações nas características de seus produtos; e Minerais não metálicos (-16,32%) graças ao encerramento das atividades de duas empresas de médio porte.

No âmbito das finanças públicas, sabe-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Estado, em elaboração pelo executivo e a ser aprovada em junho de 2013, que fixará a meta de superávit primário do setor público consolidado (exclusive Petrobras e Eletrobrás) para 2013 e o Nominal previsto para o mesmo ano.

De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB) o superávit primário acumulado da União, relativo aos meses de janeiro a dezembro de 2012, foi de R\$ 90,32 bilhões. Para atingir esse resultado o governo praticou uma contabilização não ortodoxa. Resgatou R\$ 12,4 bilhões do Fundo Soberano, que consiste em uma poupança composta do excedente do superávit primário de 2008. Ademais, o governo conseguiu R\$ 7,6 bilhões de dividendos de empresas estatais, dos quais R\$ 4,7 bilhões vieram da Caixa Econômica Federal e R\$ 2,317 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O desempenho moderado das contas públicas brasileiras advém principalmente do fato de que a arrecadação cresceu timidamente e mais devagar que os gastos públicos primários. O mesmo vem ocorrendo com as contas fluminenses. O estado do Rio de Janeiro obteve déficit de 552 milhões segundo o relatório de gestão fiscal da LRF.

No que diz respeito à inflação, o IPCA fechou 2012 com 5,84% de inflação anual e em janeiro variou 0,86%, percentual bem acelerado se comparado com janeiro de 2012 (0,56%). Com isso, o resultado nos últimos 12 meses seguiu avançando e atingiu 6,16%.

Diante da escalada da inflação, a política econômica nacional tem sido frouxa com medidas de expansão do crédito, manutenção da redução dos juros básicos e redução das taxas cobradas das instituições financeiras que utilizarem o redesconto de 6% para

2%. Esses efeitos recaem sobre os preços dos bens duráveis. A taxa básica de juros da economia manteve-se em 7,25%.

## II – Revisão das Principais Receitas Tesouro

Abaixo se encontra a Tabela 1 apresenta as principais receitas do Tesouro que foram reestimadas.

**Tabela 1 - Reestimativa das Principais Receitas Tesouro 2013 - Rubrica Orçamentária**

R\$ Milhões

Receita	FR	REVISÃO DE RECEITA		2ª REVISÃO X 1ª REVISÃO	
		1ª Revisão (D)	2ª Revisão (E)	(E - D)	Δ % (E/D)
IRRF	00	2.128	2.128		
IPVA	00	1.899	1.978	79	4,2%
ITD	00	576	576		
FECP	22	2.638	2.729	91	3,4%
ICMS	00	28.554	28.964	410	1,4%
Receita Financeira		194	194		0,0%
FPE	06	1.024	1.024		
IPI	07	797	835	38	4,8%
Lei Kandir	07	86	86		
Demais Transf. União	01	87	87		
Multas e Juros*		362	362		
Dívida Ativa**		515	565	50	9,7%
Demais Receitas	01	17	17		
Dep. Judiciais tributários	90	-	-		
Ressarcimento de pessoal cedido		25	25		
Receita Intra de Outras Restituições		-	-		
Outras Restituições (conta A & B)		77	77		
Outros		345	346	1	0,3%
	00	-	0		0,0%
ceg & onibus (outras)	01	341	342	1	0,3%
	07	0	0		3,9%
	26	-	0		0,0%
	90	0	0		
	95	4	4		
<b>Subtotal 1</b>		<b>39.324</b>	<b>39.993</b>	<b>669</b>	<b>1,7%</b>
<b>Alienação de Bens</b>	<b>01</b>	<b>593</b>	<b>593</b>		
<b>Operações de Crédito</b>		<b>9.206</b>	<b>9.214</b>	<b>8</b>	<b>0,1%</b>
	11	8.495	8.503	8	0,1%
	21	711	711		0,0%
<b>Subtotal 2</b>		<b>9.800</b>	<b>9.807</b>	<b>8</b>	<b>0,1%</b>
<b>Royalties</b>		<b>7.664</b>	<b>7.664</b>		0,0%
	04*	2.147	2.147		0,0%
	10*	5.517	5.517		
<b>CIDE</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>0</b>		<b>0,0%</b>
<b>Salário Educação</b>	<b>05</b>	<b>409</b>	<b>409</b>		
<b>Subtotal 3</b>		<b>8.073</b>	<b>8.073</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>
<b>TOTAL GERAL (1+2+3)</b>		<b>57.197</b>	<b>57.874</b>	<b>677</b>	<b>1,2%</b>

\* Inclui FR 00 - 01 - 22 - 96

\*\* Inclui FR 00 - 01 - 22

Figura 2 - Reestimativa de Receita Tesouro 2013 - Por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

Receita	FR	1ª REVISÃO (D)	2ª REVISÃO (E)	2ª REVISÃO X 1ª REVISÃO	
				(E - D)	Δ % (E / D)
IRRF	00	2.128	2.128		
IPVA	00	1.899	1.978	79	4,2%
ITD	00	576	576		
ICMS	00	28.554	28.964	410	1,4%
Multas e Juros	00	344	344		
Dívida Ativa	00	490	537	48	9,7%
Receita Financeira	00	0	0		46,8%
Outras Restituições	00	30	30		
Outros	00	-	0		
<b>TOTAL</b>	<b>00</b>	<b>34.021</b>	<b>34.557</b>	<b>537</b>	<b>1,6%</b>
Receita Financeira	01	194	194		
Demais Transf. União	01	87	87		
Multas e Juros	01	9	9		
Outras Restituições	01	19	19		
Dívida Ativa	01	17	18	2	9,7%
Demais Receitas	01	17	17		
Alienação de Bens*	01	593	593		
Rec. Intra de Pessoal Cedido	01	-	-		
Rec. Intra de Outras Restituições	01	-	-		
Outros	01	341	342	1	0,3%
<b>TOTAL</b>	<b>01</b>	<b>1.277</b>	<b>1.280</b>	<b>3</b>	<b>0,2%</b>
Royalties	04	2.147	2.147		
Receita Financeira	04	-	0		
Royalties	10	5.517	5.517		
<b>TOTAL</b>		<b>7.664</b>	<b>7.664</b>		<b>0,0%</b>
Salário Educação	05	409	409		
Outros	05	-	0		
<b>TOTAL</b>		<b>409</b>	<b>409</b>		<b>0,0%</b>
FPE	06	1.024	1.024		
Receita Financeira	07	-	0		
IPi	07	797	835	38	4,8%
Lei Kandir	07	86	86		
Outros	07	0	0		
<b>TOTAL</b>		<b>882</b>	<b>920</b>	<b>38</b>	<b>4,3%</b>
Ressarcimento de pessoal cedido	20	25	25		
Outros	20	12	12		
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>37</b>	<b>37</b>		
FECF	22	2.638	2.729	91	3,4%
Multas e Juros	22	9	9		
Dívida Ativa	22	9	10	1	9,7%
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>2.656</b>	<b>2.748</b>	<b>92</b>	<b>3,5%</b>
Outros	26	-	0		
CIDE	26	-	0		
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>-</b>	<b>0</b>		
Dep. Judiciais tributários	90	-	-		
Outros	90	0	0		
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
Outros	95	2	2		
Outros*	95	2	2		
Outros	11	0	8	8	23284,8%
Outras Restituições	11	16	16		
Operações de Crédito*	11	8.495	8.495		
Operações de Crédito*	21	711	711		0,0%
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>57.197</b>	<b>57.874</b>	<b>677</b>	<b>1,2%</b>

\* Receitas de Capital

1. **ICMS** – Reestimado em 410 milhões a mais (para R\$ 28,964 bilhões), devido às atuais previsões de um maior crescimento da economia brasileira em 2013 que o esperado anteriormente e o crescimento de cerca de 20% no bimestre janeiro/fevereiro de 2013. O ICMS sob as importações e substituição tributária cresceu acima do esperado. O primeiro devido a intensas importações de petróleo pela Petrobrás, no intuito de prover o mercado interno do déficit gerado pela produção mais baixa. A substituição tributária cresceu graças a inclusão de novos produtos nesse regime.
2. **FECP** - Reestimado em 71 milhões a mais (para R\$ 2,729 bilhões), devido ao recebimento acima do esperado no primeiro bimestre de 2013, este leve aumento deve-se principalmente ao calor intenso registrado nos meses de janeiro e fevereiro que contribuíram para a alta da energia elétrica. Somado a isso reajustamos para adequar-se às atuais projeções de maior crescimento da economia em 2013.
3. **IPVA** - Reestimado em 79 milhões a mais (para R\$ 1,978 bilhão), devido à receita acima do esperado no primeiro bimestre de 2013. Este acréscimo deve-se a dois fatores: Redução do desconto do IPVA e aumento no número de veículos licenciados por ano a partir de 2010, devido ao crescimento das vendas de automóveis com a desoneração do IPI. Houve então um acúmulo na frota licenciada, ocasionando este incremento no IPVA.
4. **DÍVIDA ATIVA** - Reestimada em 50 milhões a mais (para R\$ 565 milhões), devido à continuidade do elevado patamar de receita mensal, com tendência de manutenção até novembro de 2013, quando se encerra o parcelamento referente ao programa de refinanciamento de dívidas iniciado em maio de 2012 (Lei 6.136 e Lei 61.127, ambas de 28/12/2011).
5. **IPI Exp** – Esta transferência foi reavaliada em mais R\$ 38 milhões (+4,8%) em relação à 1ª revisão de receita. Dado o bom desempenho em janeiro de 2013, superou R\$ 49,81 milhões o mesmo mês do ano anterior. Janeiro de 2012 foi um mês de receita atipicamente baixa, pois, segundo dados da STN, decorreu do grande volume de restituições ocorrido naquele período.

Considerou-se ainda, nessa reestimativa, o reestabelecimento das alíquotas do IPI Automóveis, IPI Linha Branca e IPI Móveis que passarão ser majoradas progressivamente a partir de janeiro de 2013 até serem restauradas totalmente a partir do mês de julho do mesmo ano.

Espera-se, assim, um alcance de receita no valor de R\$ 835,0 milhões para 2013, com um crescimento de 9,9% (+74 milhões) em relação a 2012.

- 6. CIDE** - Reavaliada em mais R\$ 0,09 milhões pela arrecadação, em janeiro de 2013, de valores residuais decorrente de fatos geradores anteriores à redução de alíquota a zero, determinada pelo decreto 7.764/2012.

### III - Alocação das Dotações no Orçamento Anual por Fonte de Recursos vis-à-vis a Perspectiva de Arrecadação.

A tabela a seguir apresenta a segunda revisão de receita detalhada por fonte de recursos, comparando a nova estimativa, realizada neste mês de março, com a dotação disponível.

**Tabela 2**

**COMPARATIVO DOTAÇÃO DISPONÍVEL E PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE**

Em R\$

COMPARATIVO DE DESPESAS E RECEITAS POR FONTE									
FR	RECEITA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (MAR 2013)	SUPERÁVIT (MAR 2013)	CONTINGENCIADO (MAR 2013)	DISPONÍVEL (MAR 2013) (B)	Empenhado (01-03)	Liquidado (01-03)	Pago (01-03)	DIFERENÇA (A)-(B)
00	34.557.393.758	35.223.105.295	1.439.481	1.200.852.207	34.020.813.607	5.938.505.301	3.840.908.544	3.241.130.576	536.580.151
01	1.280.014.849	3.102.297.135	-	1.617.947.241	1.484.349.894	185.862.922	83.521.861	79.422.060	(204.335.045)
06	1.023.540.571	1.129.265.492	-	105.724.921	1.023.540.571	549.030.431	265.742.488	265.742.488	-
07	920.427.015	1.259.835.068	-	377.411.053	882.424.015	21.026.664	21.026.568	14.150.070	38.003.000
22	2.747.634.929	2.853.400.775	-	197.655.934	2.655.744.841	343.023.895	216.311.948	46.406.254	91.890.088
<b>Subtotal Rec. Livres</b>	<b>40.529.011.121</b>	<b>43.567.903.765</b>	<b>1.439.481</b>	<b>3.499.591.356</b>	<b>40.066.872.928</b>	<b>7.037.449.213</b>	<b>4.427.511.409</b>	<b>3.646.851.448</b>	<b>462.138.193</b>
04	2.146.869.223	2.146.869.223	-	-	2.146.869.223	1.412.777.794	280.855.990	272.758.040	-
05	409.269.872	409.234.542	-	-	409.234.542	40.916.011	2.016.695	2.016.695	35.330
20	37.127.630	43.152.302	-	-	43.152.302	3.564	-	-	(6.024.672)
90	236.172	20.236.172	-	20.236.172	-	-	-	-	236.172
95	3.648.894	3.648.894	-	-	3.648.894	-	-	-	-
96	-	4.156.991	-	-	4.156.991	-	-	-	(4.156.991)
11	8.519.333.278	6.151.356.648	-	64.000.000	6.087.356.648	514.467.268	60.545.680	59.581.983	2.431.976.630
21	711.036.394	725.468.131	-	-	725.468.131	40.959.992	-	-	(14.431.737)
10*	5.516.947.830	5.516.947.830	-	-	5.516.947.830	411.627.245	411.627.244	411.625.924	-
<b>SUBTOTAL REC. DESTINAÇÃO ESP.</b>	<b>17.344.469.293</b>	<b>15.021.070.733</b>	<b>-</b>	<b>84.236.172</b>	<b>14.936.834.561</b>	<b>2.420.751.874</b>	<b>755.045.610</b>	<b>745.982.642</b>	<b>2.407.634.732</b>
<b>TOTAL</b>	<b>57.873.480.414</b>	<b>58.588.974.498</b>	<b>1.439.481</b>	<b>3.583.827.528</b>	<b>55.003.707.489</b>	<b>9.458.201.087</b>	<b>5.182.557.020</b>	<b>4.392.834.090</b>	<b>2.869.772.925</b>

\* FR 10 - Royalties do Rio Previdência

A proposta da SEFAZ aponta uma receita estimada do Tesouro maior em R\$ 2,86 bilhões se comparada ao orçamento disponível. Considerando as fontes de recursos do Tesouro que se compensam, a previsão de receita supera em R\$ 462,13 milhões o valor orçado, que resultará em uma necessidade de alocação de recursos de igual valor. Grande parte deste montante será alocada nas vinculações constitucionais e legais que variam de acordo com o comportamento da receita.

## IV – Alterações nas Despesas Vinculadas à Arrecadação

De acordo com a previsão de receita apontada nesta nota, verifica-se então, a necessidade de suplementação orçamentária nas despesas vinculadas constitucionalmente, de acordo com os quadros abaixo.

### IV.1 Transferências aos Municípios

#### VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E OUTRAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS								
TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS	DESPA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00*	8.446.281.877	8.601.481.859	297.350.065	895.120.412	895.119.985	848.958.059	8.304.131.794	142.150.083
FR 00 (DEA)	75.108.126	75.108.126		14.030.972	14.030.972	14.030.972	75.108.126	-
FR 04	411.923.967	411.923.967	-	74.689.005	74.688.912	74.688.912	411.923.967	-
FR 07	208.642.866	293.495.629	94.352.763	20.533.835	20.533.739	13.657.241	199.142.866	9.499.999
FR 26	22.391	-	-	-	-	-	-	22.391
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.141.979.226</b>	<b>9.382.009.581</b>	<b>391.702.828</b>	<b>1.004.374.224</b>	<b>1.004.373.608</b>	<b>951.335.184</b>	<b>8.990.306.753</b>	<b>151.672.473</b>

\* Exclui o valor do DEA.

### IV.2 Saúde

Em R\$

SAÚDE								
SAÚDE	DESPA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS*		3.856.631.291	162.296.146	450.152.157	306.330.204	174.670.985	3.694.335.145	(3.694.335.145)
2901		5.287.200	1.000	51.763	-	-	5.286.200	
2931		27.658.112	469.521	4.334.773	3.863.397	3.371.095	27.188.591	
2961		3.734.878.044	162.295.146	438.185.582	295.895.491	165.046.704	3.572.582.898	
2971		88.607.935	-	7.580.039	6.571.316	6.253.186	88.607.935	
4043		200.000	-	-	-	-	200.000	
IASERJ		(27.658.112)	(469.521)	(4.334.773)	(3.863.397)	(3.371.095)	(27.188.591)	
Op. da Farmácia Popular		(40.000.000)	-	(206.349)	(205.140)	(174.116)	(40.000.000)	
Proteção ao Usuário de Drogas		(14.500.000)	-	(348.951)	(278.173)	-	(14.500.000)	
Proteção a Criança e Adolesc. Dep. Químico		(4.023.222)	-	(568.634)	(568.634)	(528.489)	(4.023.222)	
Juros sobre a Dívida (IVB)		(387.000)	-	(57.019)	(57.019)	(57.019)	(387.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(376.844)	(122.423)	-	-	
Restituição				-	-	-	-	
Fundações de Saúde				21.818.974	19.413.613	19.410.646	-	
Despesa Intraorçamentária do FES				(28.516.823)	(28.516.823)	(28.516.823)		
RP 2012 Cancelado				-	-	-		
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.668.085.544</b>	<b>3.770.062.957</b>	<b>161.826.625</b>	<b>437.561.737</b>	<b>292.132.207</b>	<b>161.434.088</b>	<b>3.608.236.332</b>	<b>59.849.212</b>

\* UOS - Função 10: 2901, 2931, 2961, 2971 e 4043.



### IV.3 Educação e FUNDEB

Em R\$

EDUCAÇÃO E FUNDEB								
EDUCAÇÃO E FUNDEB	DESPESA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
DEA	8.048.089	8.048.089		1.341.350	1.341.350	1.341.350	8.048.089	0
<b>PERDA LÍQUIDA</b>	<b>2.637.935.378</b>	<b>2.504.439.813</b>	<b>126.531.062</b>	-	-	-	<b>2.377.908.751</b>	<b>260.026.627</b>
FR 00*	2.393.443.859	2.263.480.997	84.375.259	-	-	-	2.179.105.738	214.338.122
FR 06	155.943.155	142.640.914	13.354.432	-	-	-	129.286.482	26.656.673
FR 07	88.548.364	98.317.902	28.801.371	-	-	-	69.516.531	19.031.833
<b>RETORNO</b>	<b>2.479.648.185</b>	<b>2.767.416.102</b>	<b>117.901.459</b>	-	-	-	<b>2.649.514.643</b>	<b>(169.866.458)</b>
FR 00	2.377.090.658	2.589.269.230	82.300.619	-	-	-	2.506.968.611	(129.877.953)
FR 06	48.764.960	83.212.184	7.790.552	-	-	-	75.421.632	(26.656.672)
FR 07	53.792.568	94.934.688	27.810.288	-	-	-	67.124.400	(13.331.832)
<b>TOTAL FUNDEB</b>	<b>5.125.631.652</b>	<b>5.279.904.004</b>	<b>244.432.521</b>	<b>1.341.350</b>	<b>1.341.350</b>	<b>1.341.350</b>	<b>5.035.471.483</b>	<b>90.160.169</b>
<b>DEMAIS</b>	<b>2.524.280.444</b>	<b>2.614.426.830</b>	<b>133.698.336</b>	<b>423.446.759</b>	<b>310.631.470</b>	<b>231.068.729</b>	<b>2.480.728.494</b>	<b>43.551.950</b>
<b>UOS**</b>		<b>2.836.018.492</b>	<b>133.699.336</b>	<b>449.655.020</b>	<b>328.724.417</b>	<b>248.713.936</b>	<b>2.702.319.156</b>	
1241		15.153.971	1.000	2.504.453	2.504.253	2.167.375	15.152.971	
1801		1.007.922.099	88.115.867	150.722.632	89.063.264	42.445.695	919.806.232	
1802		156.349.017	2.910.050	19.112.594	15.710.049	13.761.548	153.438.967	
4041		170.137.691	-	21.307.337	14.406.517	14.406.517	170.137.691	
4043		646.076.064	17.028.830	125.057.906	105.751.553	94.421.880	629.047.234	
4044		652.885.158	12.153.842	95.556.844	77.605.051	61.470.296	640.731.316	
4045		125.598.244	2.337.701	28.774.526	18.907.467	15.872.359	123.260.543	
4046		28.634.103	532.953	3.387.274	2.346.936	2.016.293	28.101.150	
4047		33.262.145	10.619.093	3.231.454	2.429.328	2.151.973	22.643.052	
CEPERJ		(15.153.971)	(1.000)	(2.504.453)	(2.504.253)	(2.167.375)	(15.152.971)	
FAPERJ		(170.137.691)	-	(21.307.337)	(14.406.517)	(14.406.517)	(170.137.691)	
Dispon. de Refeição (DEGASE)		(16.300.000)	-	(559.418)	(559.418)	(471.678)	(16.300.000)	
Nutrição Escolar (FAETEC)		(20.000.000)	-	(1.125.517)	-	-	(20.000.000)	
Juros, Multas e Demais Encargos				(80.337)	(22.875)	-	-	
Multas/Juros INSS				(103)	(103)	-	-	
Restituições				(31.459)	(143)	-	-	
Aplicação FR 15				(535.877)	(535.877)	(535.877)	-	
RP				(63.760)	(63.760)	(63.760)	-	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.641.864.007</b>	<b>7.886.282.745</b>	<b>378.130.857</b>	<b>423.446.759</b>	<b>310.631.470</b>	<b>231.068.729</b>	<b>7.508.151.888</b>	<b>133.712.119</b>

\* FR 00 - Exclui o valor do DEA

\*\* UOS - Função 12: 1241, 1801, 1802, 4041, 4043, 4044, 4045, 4046 e 4047.

### IV.4 FAPERJ, FECAM, FEHIS, FAF e PASEP

Em R\$

FAPERJ								
FAPERJ	DESPESA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>364.005.695</b>	<b>372.180.995</b>	<b>14.154.628</b>	<b>52.533.110</b>	<b>31.217.947</b>	<b>25.258.270</b>	<b>358.026.367</b>	<b>5.979.328</b>

Em R\$

FECAM								
FECAM	DESPESA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 01	367.592	714.121	-	-	-	-	714.121	(346.529)
FR 04	384.712.716	362.594.654	-	42.667.521	9.938.896	1.840.945	362.594.654	22.118.062
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>385.080.308</b>	<b>363.308.775</b>	<b>-</b>	<b>42.667.521</b>	<b>9.938.896</b>	<b>1.840.945</b>	<b>363.308.775</b>	<b>21.771.533</b>

\* Na LOA 2013 não foi previsto o pré-sal = 21.771.532

Em R\$

FEHIS								
FEHIS	DESPESA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
UOS		223.740.078	15.498.543	7.708.763	3.638.697	169.497	208.241.535	
Aluguel Social		61.600.000	4.267.051	13.575.052	13.560.157	-	57.332.949	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>274.763.493</b>	<b>285.340.078</b>	<b>19.765.594</b>	<b>21.283.815</b>	<b>17.198.854</b>	<b>169.497</b>	<b>265.574.484</b>	<b>9.189.009</b>

\* Considerado PT 3437 de Recuprer Região Serrana com ações de socorro

Em R\$

FAF								
FAF	DESPESA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>300.964.435</b>	<b>294.521.966</b>	<b>6.493.893</b>	<b>94.922.912</b>	<b>85.998.357</b>	<b>84.820.348</b>	<b>288.028.073</b>	<b>12.936.362</b>

Em R\$

PASEP								
PASEP	DESPESA PREVISTA (MAR 2013) (A)	DOTAÇÃO ATUAL (01/03)	CONTINGENCIADO (01/03)	EMPENHADO (01/03)	LIQUIDADO (01/03)	PAGO (01/03)	DISPONÍVEL (B)	DIFERENÇA = (A) - (B)
FR 00	331.370.084	344.967.433	6.921.446	28.926.777	28.926.777	28.926.776	338.045.987	(6.675.903)
FR 01	12.800.148	19.690.000	-	14.135	14.135	14.135	19.690.000	(6.889.852)
FR 04	72.519.891	72.518.931	-	2.425.805	2.425.805	2.425.805	72.518.931	960
FR 06	10.235.406	8.505.502	-	886.153	886.153	886.153	8.505.502	1.729.904
FR 07	5.846.432	6.008.841	-	492.829	492.829	492.829	6.008.841	(162.409)
FR 26	947	-	-	-	-	-	-	947
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>432.772.908</b>	<b>451.690.707</b>	<b>6.921.446</b>	<b>32.745.699</b>	<b>32.745.699</b>	<b>32.745.699</b>	<b>444.769.261</b>	<b>(11.996.353)</b>

A Tabela abaixo apresenta a saldo/déficit por fonte de recursos apontado na Tabela 2, e as respectivas alocações necessárias por conta das vinculações constitucionais e legais.

**RESUMO ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (2ª REVISÃO RECEITA)**

Em R\$

FR	00	01	04	06	07	20	22	SUBTOTAL
<b>SALDO / DÉFICIT FR</b>	536.580.151	-204.335.045	0	0	38.003.000	-6.024.672	91.890.088	456.113.521
<b>TOTAL COMPROMISSOS</b>	342.251.201	-7.236.381	22.119.022	1.729.904	15.037.591	0	9.189.009	383.090.346
<b>ÍNDICES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	TRANSF. MUNICÍPIOS	142.150.083	0		9.499.999			151.650.082
	SAÚDE	59.849.212						59.849.212
	FUNDEB	84.460.169			0	5.700.000		90.160.169
	EDUCAÇÃO (DEMAIS)	43.551.950						43.551.950
	FAPERJ	5.979.328						5.979.328
	FECAM		-346.529	22.118.062				21.771.533
	FEHIS						9.189.009	9.189.009
	FAF	12.936.362						12.936.362
PASEP	-6.675.903	-6.889.852	960	1.729.904	-162.409			-11.997.300
<b>SALDO / DÉFICIT APÓS OBRIGAÇÕES (1)</b>	194.328.950	-197.098.665	-22.119.022	-1.729.904	22.965.409	-6.024.672	82.701.079	73.023.175

Considerando a expectativa de receita nesta segunda revisão sugere-se que seja procedido um ajuste nas fontes de recursos conforme os saldos apontados na tabela acima, adequando-se o orçamento à receita estimada.

## **V – Conclusões**

A presente nota avaliou a receita sob a luz das perspectivas da economia e da fiscalização tributária. Procurou-se, a título de colaboração com a SEPLAG, apresentar sugestões de suplementação de dotações relativas às despesas obrigatórias e índices constitucionais.

Considerando o saldo total apontado de R\$456,11 milhões e após a alocação nas obrigações constitucionais e legais de R\$383,09 milhões, resta ainda um saldo de R\$73,02 milhões, cuja alocação fica a critério da SEPLAG.

O acompanhamento da realização da receita no decorrer do exercício apontará outras medidas a serem adotadas ao longo do ano.

---

**George Santoro**  
Subsecretário de Política Fiscal